

» América Latina aposta em democracia mais forte

Madrid » 12 » 2018

A América Latina viveu um ano político intenso. As cinco eleições presidenciais que se realizaram na região propiciaram a chegada ao governo de líderes políticos de diferentes tendências, de Jair Bolsonaro a Andrés Manuel López Obrador. Apesar das circunstâncias específicas de cada país, uma mensagem parece ter ficado clara: a América Latina não se situou à margem das principais correntes políticas do resto do planeta. O que não é, em si, uma má notícia, e sim uma evidência do processo de convergência e de integração que se produziu frente ao resto do mundo desenvolvido. Neste documento analisamos os acontecimentos de 2018 e os principais desafios que a região enfrentará no ano que acaba de começar.

Claudio Vallejo

Diretor sênior do Latam Desk
em LLORENTE & CUENCA

Há um ano, a esta altura, a grande incógnita consistia em saber como a América Latina enfrentaria um ciclo eleitoral que, em 2018, incluía a realização de cinco eleições presidenciais de enorme transcendência para a região. Costa Rica, Paraguai, Colômbia, México e Brasil escolheram novos chefes de estado, num clima global caracterizado por tensão. O auge dos movimentos populistas e nacionalistas ameaçava uma ordem internacional, à qual a América Latina foi incorporada tardiamente, mas em condições de igualdade, e com grande determinação.

O movimento *America First* de Donald Trump, assim como o êxito do Brexit e de outros movimentos nostálgicos pareciam indicar uma via diferente, perante a totalidade do multilateralismo com que a região conseguiu alcançar cotas de prosperidade e de erradicação da pobreza surpreendentes, e inimagináveis apenas alguns anos atrás. Faltava saber como o eleitorado latino-americano reagiria a essas circunstâncias externas e se mostraria preferência por algumas delas.

As circunstâncias eram diferentes e específicas em cada país, mas sobre todos pairava a interrogação sobre a influência que teriam essas dinâmicas políticas globais. Doze meses depois, a mensagem ficou clara: a América Latina não se situou à margem das principais correntes políticas do resto do mundo. O que não constitui, necessariamente, uma má notícia, afinal de contas, os ecos da política mundial na região mostram que se verificou um processo de convergência e de integração política e econômica com o resto do mundo desenvolvido.

As primeiras eleições presidenciais do ano foram as que, no mês de janeiro, conduziram à presidência da Costa Rica o ex-ministro Carlos Alvarado Quesada. Um candidato representante da corrente de continuismo, que, no entanto, tem encontrado muitas dificuldades nos seus primeiros meses à frente dos destinos do país. Os problemas crescentes em relação à segurança, e a crise fiscal que atravessa o país mais estável e mais próspero da América Central, soma-se à difícil gestão da questão migratória, fruto da crise que atravessa a nação vizinha, a Nicarágua, mergulhada numa crise institucional e social



sem precedentes, desde a queda de Somoza em 1979.

A região centro-americana parece incapaz de sair do poço de miséria e violência em que caiu depois do fim dos regimes militares e das lutas de guerrilha. O desespero dos seus habitantes manifesta-se em movimentos como a caravana de imigrantes que, partindo das Honduras, se dirigiu a pé à fronteira dos EUA com o México. Esta dinâmica de migração massiva, que na Europa encontramos associada aos conflitos na Síria ou na Líbia, também afetou a América Latina.

“A outra face da moeda na região é protagonizada pelo Paraguai, país historicamente pobre e politicamente instável, que, no entanto, evidencia há vários anos um crescimento estável, atraindo o investimento desde uma posição discreta, mas efetiva”

A Costa Rica atravessa agora uma etapa decisiva, em que ou consolida o seu modelo e a sua situação de excepcional estabilidade na América Central, ou acabará sendo vítima do contágio de todos os problemas que afetam as nações vizinhas. O presidente Alvarado precisará de sorte e de ajuda, e o seu êxito dependerá, em grande medida, do que ocorrerá nos países mais ao norte, como El Salvador, Guatemala e Honduras, mergulhados num clima de violência, e ao sul, na Nicarágua, que atravessa uma crise política e institucional sem previsão de término. Ainda sobrevive na região a tradição “caudilhista”, tão bem retratada no seu momento pelos escritores Miguel Ángel Asturias e Augusto Roa Bastos, em novelas como *El señor Presidente* e *Yo, el Supremo*.

A outra face da moeda na região é protagonizada pelo Paraguai, país historicamente pobre e politicamente instável, que, no entanto, evidencia há vários anos um crescimento estável, atraindo o investimento desde uma posição discreta, mas efetiva. Em abril, Mario Abdo Benítez, do histórico Partido Colorado, venceu as eleições, tomando posse como presidente em agosto. Benítez herdou um país com um bom desempenho econômico, e com importantes melhoras dos seus indicadores de desenvolvimento social. O seu desafio é manter esta dinâmica, o que também dependerá, em certa medida, do que suceda nos países vizinhos.

O êxito da série televisiva *Narcos* ilustra bem a profunda associação da Colômbia ao narcotráfico e a violência. Durante a década de 1990, o país esteve à beira da falência do estado, abatido pela violência dos cartéis e dos movimentos de guerrilha. É importante ter presente estes acontecimentos, para apreciar a extraordinária transformação que a Colômbia experimentou em menos de duas décadas. O narcotráfico continua sendo um problema, mas já não é dominado pelas grandes organizações, com capacidade para subjugar o aparelho do próprio estado. Graças a um corajoso processo de paz, o presidente Juan Manuel Santos conseguiu, no final dos seus dois mandatos, acabar com a guerrilha ativa mais antiga da América Latina, a das FARC-EP, hoje reconvertidas num partido político residual.

O salto econômico também foi espetacular. A Colômbia era, junto com o Haiti, o país com maior desigualdade da América Latina, e a despesa pública causada pela luta contra as guerrilhas e os cartéis, tornava impossível centrar os esforços nos grandes investimentos que o país requeria para a sua recuperação econômica. Um país com a acidentada geografia da Colômbia precisa de infra-estruturas de acordo com o seu potencial econômico, e o salto em matéria de investimento e de previsão nesta matéria foi considerável.

Iván Duque, o candidato mais próximo do “uribismo”, mantém uma postura muito crítica em relação aos Acordos de Paz, venceu, em junho, o segundo turno das eleições presidenciais, derrotando o ex-prefeito de Bogotá, Gustavo Petro. O presidente Duque tem se mostrado desde então mais conciliador com o seu predecessor, e com a sua gestão do processo de paz. Além de consolidar e potenciar o crescimento inclusivo da Colômbia, o seu grande desafio será voltar a unir uma sociedade profundamente dividida e polarizada, como resultado do processo de negociação e do acordo de paz alcançado com a guerrilha. Não

esqueçamos que, em 2016, 51 % da população colombiana votou NÃO num referendo sobre os Acordos de Paz. Uma rejeição que obrigou a renegociar e a esclarecer alguns aspectos do acordo alcançado.

Além disso, o segundo turno eleitoral voltou a demonstrar a enorme dificuldade que, os políticos de esquerda têm, como Petro, na América Latina, para convencer a maioria do seu eleitorado. As acusações lançadas pelos seus rivais, relacionadas com o seu ideário “chavista”, e com o caráter populista dos seus projetos, não são inócuas na região. A dramática realidade venezuelana não é, para o eleitorado, um mero espantalho para despertar medos injustificados. Diariamente, as suas ruas evidenciam o desespero de um povo que procura fugir da miséria e da violência. Enquanto não se romper, de maneira suficientemente clara para os eleitores, este vínculo estabelecido entre a esquerda regional e o chavismo, será difícil que os partidos da esquerda consigam vencer quaisquer eleições.

O México foi uma exceção, ao possuir uma dinâmica própria, mais dependente dos EUA do que dos seus vizinhos do sul. Uma situação que, segundo parece, não mudará com a chegada de Andrés Manuel López Obrador (AMLO) ao poder, como parece indicar a agenda política das primeiras semanas do seu mandato.

Os seus objetivos se concentram na política interna, na redução da pobreza que afeta mais de 50 milhões de mexicanos, e em acabar com a violência generalizada e crescente, que tem a sua principal origem no narcotráfico e nas batalhas entre os diferentes cartéis. López Obrador é consciente de que são estes problemas de fundo que o conduziram ao poder, e por isso concentrará os seus esforços em acabar com eles. O orçamento recentemente apresentado assim o comprova, sendo visto como um sinal de estabilidade e de confiança no setor privado.

Durante a campanha eleitoral, o setor empresarial mexicano e internacional tinha muitas dúvidas quanto à gestão econômica que será desenvolvida por López Obrador, no caso de vencer as eleições. Afinal, o ex-chefe do governo da Cidade do México vinha prometendo há anos a derrogação da reforma petrolífera, que em 2013 acabou com o monopólio da exploração das jazidas de petróleo da companhia nacional PEMEX, abrindo o setor ao investimento privado. Não parece agora que venha a fazê-lo, e tudo indica que se limitará a renegociar algumas cláusulas dos contratos de exploração já assinados. O seu orçamento contempla também um aumento de 18 % da sua dotação

em termos nominais, o que parece indicar que López Obrador se centrará em elevar a capacidade competitiva da enfraquecida PEMEX, em lugar de estabelecer restrições à sua concorrência.

Também houve polêmica com o cancelamento do projeto do segundo aeroporto, quando 31% das obras já se encontravam concluídas. Os responsáveis econômicos do governo transmitiram mensagens de tranquilidade aos empresários, que decidiram conceder uma margem de confiança a López Obrador e aos seus colaboradores. Existe também alguma preocupação quanto ao método escolhido para decidir o cancelamento das obras: uma consulta nacional em que apenas participou 1 % do eleitorado. Para além das consultas populares, Morena, o partido do presidente, conta com a maioria dos representantes, tanto no Senado como no Congresso.

Outro grande problema é a segurança, num país em que os índices de criminalidade alcançam os níveis mais altos de sempre. Merece destaque a rápida criação da Guarda Nacional, um corpo dependente diretamente das forças armadas, que traduz a aposta na militarização da segurança, e que agora é posto em causa pela justiça mexicana. Esta questão, e a do desenvolvimento social, serão os grandes indicadores do êxito ou do fracasso da gestão de López Obrador, um político popular e populista, que se assume a liderança dos destinos do país que o PRI lhe deixa como herança, sem que o seu antecessor, Peña Nieto tenha cumprido as expectativas que despertou a sua chegada ao poder.

O medo do contágio das políticas populistas parece ter produzido resultado no Brasil, um gigante econômico e territorial que, junto com a Argentina, a Colômbia e o México, formam a coluna vertebral da América Latina. A crise econômica desencadeou rapidamente no Brasil uma crise política, que levou à destituição da presidenta Dilma Rousseff, e, posteriormente, uma crise institucional e social. Os escândalos de corrupção relacionados com a empresa estatal Petrobras assombraram um país que, até há poucos anos, era tido como um exemplo no combate à pobreza, dentro das margens políticas que o sistema de economia aberta e do livre mercado permitia. Hoje, o expoente máximo dessa gestão, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, encontra-se detido acusado de corrupção, o que lhe impediu de se apresentar como candidato na eleição que, segundo indicam as sondagens, teria ganhado.

Este contexto de depressão, polarização e delinquência crescente foi aproveitado pelo ex-militar Jair Bolsonaro para lograr uma vitória eleitoral, tanto no primeiro como no segundo turno. Bolsonaro é um veterano da política brasileira, que conseguiu apresentar-se ao eleitorado como um *outsider* que não pertence ao que ele próprio denomina de *elite corrupta* de Brasília. O seu discurso é, sem dúvida, extremista e alarmante, especialmente no que diz respeito à legitimidade dos seus rivais, e em temas como as políticas de segurança, os homossexuais e a igualdade entre homens e mulheres. Após a sua vitória eleitoral, Bolsonaro mostrou-se mais moderado no seu discurso, e aproveitou para esclarecer algumas das suas declarações, chegando a afirmar que será “um governo constitucional”, o que é revelador da escassa confiança da população nas suas credenciais democráticas.

Por outro lado, no âmbito econômico, Bolsonaro parece afastar-se do protecionismo defendido pelos seus

correligionários mais populistas. O presidente chileno, Sebastián Piñera, elogiou em Madri, há poucos meses, o programa econômico de Bolsonaro, cuja receita passa por equilibrar as contas públicas e fomentar a confiança econômica, para atrair o investimento. Não cabe esperar demasiadas surpresas nesta frente para os próximos anos. O grande desafio de Bolsonaro estará em conseguir manter a paz social e a convivência cívica, e a sua personalidade não parece a mais adequada para conseguir, num país profundamente dividido entre o norte e o sul, esquerda e a direita.

Este foi um ano intenso em todas as frentes, e também no plano político. Um ano em que um presidente espanhol celebrou um encontro bilateral em Cuba depois de 32 anos sem visitar o país. As mudanças produzidas como resultado de processos eleitorais juntam-se a outras, produzidas em países como o Peru e a Argentina. O presidente peruano, Pedro Pablo Kuczynski, demitiu-se para evitar um segundo julgamento político, que conduziria inevitavelmente à sua destituição, por um caso de corrupção ocorrido quanto exercia as funções de ministro. Kuczynski foi substituído por Martín Vizcarra, um político de perfil discreto e capaz de estabelecer consensos, que conseguiu consolidar-se no poder e levar a cabo importantes reformas. A sua legitimidade baseia-se em parte no total desprestígio da classe judicial e política, com a qual não está vinculado, imersa em escândalos que implicam praticamente todos os ex-presidentes vivos do país, que se encontram na prisão, ou enfrentam processos judiciais por corrupção.

O ano 2018 foi especialmente intenso na Argentina. A um ano das eleições presidenciais em que Mauricio Macri se apresenta à sua reeleição, a situação é certamente complicada. Apesar das promessas e das expectativas, Macri e a sua equipe não foram capazes de controlar os desequilíbrios macroeconômicos e financeiros herdados, e num discurso dramático, o presidente anunciou a solicitação de um empréstimo, ampliado, ao Fundo Monetário Internacional, para conseguir sustentar a economia do país. Na memória recente da Argentina está ainda aberta a ferida da crise do início do século, em relato o FMI desempenha o papel de vilão. Voltar a cair na mesma situação poderia parecer uma decisão impopular, como efetivamente o é, mas não tão impopular como a oposição presente. As opções eleitorais de Macri para a reeleição são, apesar de tudo, bastantes altas.

Corre pela América Latina um lamento, que serve como um amargo resumo do ano político que deixamos para trás. O que Simon Bolívar não logrou unir, a construtora brasileira Odebrecht e a sua rede regional de subornos conseguiu: fez cair presidentes e ministros. Mas, sobretudo, agravou a histórica desconfiança dos latino-americanos frente às suas instituições, que continua a ser um dos grandes desafios da região.

Apesar de tudo, é possível ter uma conclusão positiva. Com a dramática exceção da Venezuela, a região latino-americana foi cenário de vários processos eleitorais que se realizaram com normalidade e transparência. A região sobreviveu à uma crise múltipla, com as armas de uma democracia que, depois deste ano eleitoral, se consolidou como o caminho para o progresso da América Latina.

Este artigo foi elaborado pela equipe de análise da LLORENTE & CUENCA.

Profissional de contato



Claudio Vallejo. Diretor sênior da LatAm Desk Europa. É formado em Direito e Diplomado em Estudos Avançados na Comunicação (DEA) pela Universidade Complutense de Madrid, especializado em relações internacionais e marketing internacional pela University of Kent em Canterbury, Reino Unido. Anteriormente, exerceu como senior advisor na firma multinacional de comunicação estratégica e public affairs, KREAB. Como diretor de comunicação, exerceu suas funções em várias empresas relevantes em cada um de seus setores como CODERE, ENCE, SOLUZIONA e responsável internacional de comunicação da elétrica UNION FENOSA. Previamente a esta experiência empresarial, o Claudio foi Agregado Comercial na Oficina Comercial da Embaixada da Espanha em Quito, Equador.

cvallejo@llorenteycuenca.com



d+i desenvolvendo
ideias
LLORENTE & CUENCA

Desenvolvendo Ideias é o Departamento de Liderança através do Conhecimento da LLORENTE & CUENCA.

Porque estamos testemunhando um novo modelo macroeconômico e social. E a comunicação não fica atrás. Avança.

Desenvolvendo Ideias é uma combinação global de relacionamento e troca de conhecimentos que identifica, se concentra e transmite os novos paradigmas da comunicação a partir de uma posição independente.

Porque a realidade não é preta ou branca existe **Desenvolvendo Ideias** na LLORENTE & CUENCA

www.desenvolvendo-ideias.com
www.revista-uno.com.br

